

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Faculdade de Letras de Lisboa

1



E D I C O E S
C O S M O S

二〇一〇年三月廿一日
二〇一〇年三月廿一日

centrado na legítima sucessão de Ramsés III, se ignora abertamente a herança do trono — tudo são pedidos aos deuses para instalar o filho ou comunicação aos súbditos que Amon lhe deu a realeza. «Durante a xn dinastia, desenha-se uma superação da postura terrena e orientada em termos de poder político da era feudal e a passagem para um 'absolutismo' religiosamente fundado e apoiado no povo» (p. 280).

Compreende-se que Hatchepsut não se contentasse em contar e cantar o mistério do seu nascimento divino, por geração carnal de Amon-Ré. As dúvidas sobre a sua legitimidade eram muitas. Daí o vincar dos direitos régios em duplicado: por geração divina e por um acto público do pai que a instalara oficialmente no trono.

Os historiadores lerão com muito interesse os estudos sobre a concepção egípcia do espaço e do tempo. Se numa e noutra se misturavam concepções míticas com a experiência do «mundo do trabalho», não admira que os Egípcios nunca se tenham debruçado sobre a sua rica e extensa história antes da influência grega. Só no mundo organizado, o mesmo é dizer criado, o Egípcio podia falar de espaço. O oceano primordial, Nun, era ilimitado e infinito, como era absolutamente escuro. Mesmo no mundo, o espaço não era igual, neutro e contínuo. Os «tempos» míticos das origens não conheciam nem espaço euclidiano nem tempo cronológico. O mito não «aconteceu» num passado remoto. «Foi», «é» e «será» sempre do mesmo modo e igual a si próprio, independentemente do espaço da experiência quotidiana. Nisto há muito de comum às restantes culturas do Próximo Oriente antigo (e outras), mas o Autor não deixa de notar a especificidade egípcia.

José Nunes Carreira

MARIO LIVERANI, *Antico Oriente*. Storia, Società, Economia. Ed. Laterza, Roma/Bari, 1988, X+ 1032 pp.
ISBN 28-420-3266-2

Eis «a» história do Oriente Antigo que faltava, bem legível e documentada com achegas dos últimos vinte anos, em que «o conhecimento histórico do Antigo Oriente se enriqueceu e modificou radicalmente com os novos contributos de materiais arqueológicos e textuais, com o ampliar dos horizontes a zonas já tidas por 'periféricas' e secundárias e também com o penetrar de interesses e métodos mais alargados e avançados no sector orientálistico» (p. VII). Não é que tu-

do fique resolvido ou iluminado de uma vez por todas. Pois não terá sido por mera intenção decorativa que o Autor estampou como lema do seu trabalho uma passagem da carta do presidente da câmara de Kuyundjik a A.H. Layard nos alvares da arqueologia oriental:

«Meu ilustre amigo e alegria do meu coração!

O que me pedes é tão difícil quanto inútil. (...) Sobretudo em relação à história passada desta terra, só Deus sabe quanto pó e confusão terão comido os infiéis antes de chegar a espada do Islão. Vão seria para nós indagar a tal respeito» (p. V).

Para épocas tão remotas como as da história pré-clássica não deixa de ter algum sentido o cepticismo do autarca árabe. Apesar da abundância de informação entretanto disponível, em muitos aspectos do que foi a vida dessas sociedades avançadas... «só Deus sabe».

A Introdução e simultaneamente I Parte (pp. 5-103) debruça-se sobre «O Antigo Oriente como problema histórico», «Os caracteres originais» e «As premissas neolíticas e calcólicas». Seguem-se-lhe «A Idade do Bronze Antigo» (II Parte, pp. 105-291), «A Idade do Bronze Médio» (III Parte, pp. 293-446), «A Idade do Bronze Recente» (IV Parte, pp. 447-625), «A Primeira Idade do Ferro» (V Parte, pp. 627-773), «Os impérios e a unificação» (VI Parte, pp. 775-955) e o Epílogo (pp. 934-948). Arredondam o tratamento das matérias uma extensa bibliografia por capítulos (pp. 953-984), elencos de figuras (989-999) e tábuas (p. 1001), índices (pp. 1003-1031: onomástico, nomes de lugares e povos, índice Geral).

Não sendo fácil escrever uma história destas, o Autor escolheu uma «perspectiva minimal»: limitou-se ao núcleo mesopotâmico meridional com os seus complementos óbvios (Alta Mesopotâmia, Síria-Palestina, Anatólia, Arménia Transcaucásica, Irão Ocidental). Cronologicamente, encetou o percurso em c. 3500 com as premissas neolíticas e calcólicas (cap. III, pp. 62-103) e terminou-o em 500 a. C. com «os Medos e a unificação persa» (cap. XXXII, pp. 906-933). E conseguiu percorrer os vastos espaços geográficos e cronológicos a passo harmónico e equilibrado, traçando as linhas metodológicas, atendendo às achegas de variada problematização (economia e modo de produção, arqueologia e cronologia, ecologia e povoamento, tecnologia e ideologia). Mapas e tabelas cronológicas, reproduções de objectos cerâmicos, plantas de casas e cidades descobertas em escavações arqueológicas, glíptica, numerosos documentos, no original e em tradução... tudo contribui para dar maior consistência e visualidade a três milénios e meio de história, sociedade e economia da Antiguidade Pré-clássica. A documentação passa além da política, economia e sociedade, para se alargar à cultura e às mentalidades...a tí-

tulo de exemplo, a transcrição dos vocabulários bilingues (sumero-eblaitas) de Ebla (p. 225) e de onomástica amorita (p. 304), o tratado entre Idrimi de Alalakh e Pilliya de Kizzuwatna (p. 467), a carta do rei cassita de Babilónia a pedir a filha do faraó em casamento (p. 474), os excertos do Edito de Telepinus (pp. 496-497) e das «Décadas» de Mursilis II (p. 511), os rituais de preparação para a guerra dos Hititas (pp. 532-533) e a oração do rei Tukulti-Ninurta ao deus Assur (pp. 592-593) em que se espelham ideologia e propaganda do Império Médio Assírio.

É óbvio que não se pode cair de chofre na história, como se a invenção da escrita não se inscrevesse num processo civilizacional ou tivesse a virtude mágica de fazer nascer uma entidade cultural inteiramente nova. Daí, muito correctamente, o espaço que o Autor achou por bem dar às «premissas» neolítica e calcolítica. Já não se entende tão bem que a história da Ásia pré-clássica tenha parado por volta de 500 a. C. Com bons orientalistas julgo que os Persas aqueménidas pertencem à história pré-clássica e que a ruptura teve de esperar por Alexandre, que impôs o domínio político e categorias mentais helénicas, além de uma nova *língua franca*, ao velho mundo oriental.

Surpreendem também as etiquetas arqueológicas. O que era aconselhável para o primeiro milénio tratado (3500-2500 a. C.), em que as fontes escritas são tão raras como inaproveitáveis para a reconstituição das estruturas e dos acontecimentos, é pouco evidente para o último século do Dinástico Primitivo, para a era de Akkad e períodos seguintes, em que a documentação escrita é abundante e eloquente (com excepção do obscuro século XVI a. C.). Por que razão terá o Autor optado pelas epígrafes arqueológicas, do Bronze Antigo à primeira Idade do Ferro?! Com a mesma lógica não teria chamado à VI Parte «Os impérios e a unificação», mas «A segunda Idade do Ferro»! Ou porque subdivide as grandes unidades «arqueológicas» em períodos retintamente «históricos» (o mundo de Ebla, o império de Akkad, a idade de Mari, Hammurabi de Babilónia, Babilónia cassita, Israel, os Fenícios, etc.)?.

Não sei se o argumento da «competência científica pessoal» explicará a omissão dos Aqueménidas. Não explica certamente o escasso relevo dado a Israel (ou é a minha «competência científica pessoal» que me deixa insatisfeito?), domínio em que o Autor tem dado a conhecer o seu à-vontade. É certo que política e economicamente Israel foi pouco mais do que um epígono inglório. Mas não se pode esquecer que as suas formas sociais tiveram um eco mais profundo na história mundial que todas as reformas legais da Mesopotâmia (bas-

ta mencionar o sábado e o Decálogo, ao lado da Bíblia e do monoteísmo). Sem radicalizar até à distorção a «perspectiva minimal» que se quis imprimir a toda a obra não se fariam afirmações como esta: «Tutta la storia dell'esodo e della conquista, dell'origine esterna e del rapporto con le popolazioni autoctone, è dunque una costruzione chiaramente 'datata' ai problemi del VI secolo, e che non ha nulla a che vedere con quelli del XII» (p. 664). Não é a ideia transmitida pela generalidade dos historiadores de Israel. Seria bom indicar os relatos dos Juizes «de carácter nitidamente mítico» (s/c) (p. 665) e ver o seu peso na imagem histórica global transmitida por essa fonte.

Não passa isto de uma sombra ténue que não chega verdadeiramente a afectar o valor da Obra, com que se regozijam especialistas e alunos universitários de Orientalística e História Pré-clássica.

José Nunes Carreira

SIMON LEGASSE, *Paul apôtre. Essai de biographie critique*, Cerf, Paris, 1991, 268 pp.

Fazer a recensão deste livro de S. Légasse, professor de exegese e de línguas orientais no Instituto Católico de Toulouse, é dar conta de um trabalho recente e prestar homenagem ao mestre com o qual este recensor fez, em tempos, a sua introdução na literatura neotestamentária e deu os primeiros passos em algumas línguas semitas, nomeadamente no aramaico.

O presente livro, tal como se precisa no subtítulo, constitui uma biografia crítica do apóstolo Paulo, da sua actividade, integrando alguma exposição do seu pensamento só como elemento imediato da sua biografia. O fio condutor dos dezasseis capítulos que constituem esta obra é o da sequência de acontecimentos que se sucedem na vida de Paulo. A psicologia que configura a sua personalidade e a teologia que exprime o seu sistema de pensamento só aparecem na medida em que ajudam a compreender os factos.

Trata-se, portanto, de uma obra de historiografia sobre esta personagem decisiva na viragem do cristianismo primitivo do seu espaço cultural primigénio judeo-palestinense para o grande mundo do Império Romano.

O carácter crítico desta biografia assenta mormente sobre o modo como vai aproveitando para cada ponto o estado e os dados das fontes (cap. I, pp. 11-21).